



CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO
Estado de Mato Grosso do Sul
CNPJ 07.195.961/0001-48

PROJETO DE LEI Nº 030, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Fomento com a Igreja Evangélica Pentecostal A Assembleia de Deus Ministério de Figueirão-MS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO, no uso da atribuição conferida pelo inciso II do artigo 93 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento com a Igreja Evangélica Pentecostal A Assembleia de Deus Ministério de Figueirão-MS, inscrita no CNPJ nº 50.815.552/0001-26, com sede na Rua Assis, nº 480, Bairro Nova Conquista, CEP 79.428-000, Figueirão-MS, com a finalidade de custear a aquisição de instrumentos musicais e equipamentos de informática destinados à formação e manutenção de grupo musical da entidade, incluindo notebook, cadeiras, teclado, caixa de som, microfones, violão e demais itens necessários às atividades culturais e educativas desenvolvidas pela instituição.

Art. 2º O valor total do Termo de Fomento será de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a ser repassado em parcela única, com recursos provenientes de emenda parlamentar individual, conforme previsão na Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 3º O repasse de recursos observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e será executado conforme as condições estabelecidas no instrumento jurídico da parceria.

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a suplementar o orçamento anual, mediante crédito adicional, nos termos da legislação vigente, caso seja necessário para atender à despesa prevista nesta Lei.

Art. 4º A execução do Termo de Fomento obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e eficácia, bem como às disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.



CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO
Estado de Mato Grosso do Sul
CNPJ 07.195.961/0001-48

Art. 5º O Poder Executivo Municipal deverá acompanhar a execução do Termo de Fomento, especialmente quanto à correta aplicação dos recursos, prestação de contas e cumprimento das finalidades estabelecidas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Figueirão, MS, 02 de dezembro de 2025.

Ver. Luciene Teodora da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores